



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Processo Digital nº: **1000012-26.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Sistema Remuneratório e Benefícios**  
 Requerente: **Justiça Pública**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Tratam os autos de duas ações civis públicas, de nº 1000012-26.2015.8.26.0566 (principal) e nº 1009920-44.2014.8.26.0000 (apenso) propostas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e que foram reunidas para trâmite e julgamento conjunto.

As duas ações dizem respeito a pagamentos efetivados pela Prefeitura Municipal de São Carlos, por intermédio do seu então prefeito Newton Lima Neto, a secretários municipais, parcelas que o autor sustenta serem indevidas, quais sejam: (a) Prêmio Assiduidade – Lei nº 7.625/1976; (b) Triênio – Lei nº 9.658/1986; (c) 14º Salário – Lei nº 10.723/1993; (d) salário-esposa; (e) indenização de férias em pecúnia.

As duas ações são movidas contra o ex-prefeito, a municipalidade e os ex-secretários que receberam os pagamentos, mas a ação principal diz respeito ao ano de 2007 e a em apenso ao ano de 2008. Consideradas as duas ações, no total são em número de 20 os ex-secretários demandados: Rosilene Mendes dos Santos (2007 e 2008), Ricardo Martucci (2007 e 2008), Roberto Ferreira de Menezes (2007 e 2008), Sérgio Gonçalves Dutra (2007 e 2008), Leandro Wexell Severo (2007 e 2008), Emerson Pires Leal (2007 e 2008), Geria Maria Montanari Franco (2007 e 2008), Edson Aparecido Ferraz (2007 e 2008), Gilberto Perre (2007 e 2008), Flávio Luis Micheloni (2007 e 2008), João Carlos Pedrazzanni (2007), Ricardo Luiz Medeiros Meirelles (2007 e 2008), Dirceu Brás Aparecido Barbano (2007), Arthur Goderico Forghieri (2007 e 2008), e João Batista Muller (2007 e 2008), Adilson José Cruz (2008), Flávio Perboni (2008),



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Gilson James Donizetti (2008), Marcos Alberto Martinelli (2008), Paulo José de Almeida (2008).

Argumenta o autor que os pagamentos são indevidos, porque as leis municipais que respaldam-nos são anteriores à Lei nº 12.649/2000, que implementou o subsídio no Município de São Carlos, em obediência ao art. 39, § 4º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998. A implementação do subsídio impediria o pagamento dessas parcelas, que não possuem caráter indenizatório.

Pedi a condenação de cada ex-Secretário Municipal à restituição do montante recebido a maior, e do ex-Prefeito, por ser o ordenador da despesa, ao pagamento, em regime de solidariamente passiva com os ex-Secretário, do montante total.

O Município absteve-se de contestar, fls. 334/335 do processo principal.

Adilson José Cruz (2008) foi citado por edital a defensoria pública, na curadoria especial, contestou por negativa geral, fl. 945.

Leandro Wexell Severo (2007 e 2008) foi citado no processo em apenso às fls. 322 e no processo principal à fl. 666, e não contestou.

Dirceu Brás Aparecido Barbano (2007) depositou em juízo o montante postulado pelo Ministério Público, consoante fl 785 (parcelas 1 e 2), razão pela qual o processo foi extinto em relação a ele, fl. 770.

Quanto aos demais réus, todos contestaram, nos termos abaixo.

Newton Lima Neto, Sérgio Gonçalves Dutra (2007 e 2008), João Carlos Pedrazzanni (2007) e Paulo José de Almeida (2008), fls. 438/499 do processo principal, alegam prescrição (prazo de 5 anos), inépcia da inicial (porque se imputa aos réus improbidade administrativa sem a indicação do dispositivo da Lei nº 8.429/92 em que enquadrada a conduta), carência da ação (pois a Lei nº 8.429/92 não se aplica a agentes políticos), e, no mérito: a redação introduzida o art. 39, § 4º da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19/1998 não é auto-aplicável; que os réus agiram de boa-fé, não se admitindo, então, a devolução dos valores;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ausência de dolo, indispensável para a caracterização do ato de improbidade.

Gilberto Perre (2007 e 2008), fls. 558/594 do processo principal e fls. 641/642 do processo em apenso, traz os mesmos argumentos.

Roberto Ferreira de Menezes (2007 e 2008), fls. 365/374 do processo principal e fls. 451/459 do processo em apenso, diz que não foi notificado pelo TCE e que agiu de boa-fé, não tendo a obrigação de restituir.

João Batista Muller (2007 e 2008) e Edson Aparecido Ferraz (2007 e 2008), no processo em apenso, haviam concordado com o pedido e solicitado parcelamento, conforme fls. 349/355 e 384/389 daqueles autos. No processo principal, porém, apresentaram contestação, fls. 690/702 dos autos principais. Alegam prescrição. Sustentam a legalidade dos pagamentos. Reveem o posicionamento anterior de concordância com o pedido.

Geria Maria Montanari Franco (2007 e 2008), Flávio Luis Micheloni (2007 e 2008), Gilson James Donizetti Muniz (2008), Ricardo Luiz Medeiros Meirelles (2007 e 2008), Ricardo Martucci (2007 e 2008), fls. 866/899 do processo principal, alegaram prescrição (prazo de 5 anos); que não integraram o processo administrativo do TCE e que em relação a eles não houve qualquer deliberação do Tribunal de Contas; a existência de leis municipais autorizando os pagamentos, que se presumiam constitucionais; que receberam os pagamentos de boa-fé.

Flávio Perboni (2008), fls. 592/605 do processo em apenso, entende que não foi notificado pelo DJE e agiu de boa-fé, não tendo a obrigação de restituir.

Marcos Alberto Martinelli (2008), fls. 420/434 do processo em apenso, afirma ilegitimidade passiva, que não foi notificado pelo TCE e que agiu de boa-fé, não tendo a obrigação de restituir.

Emerson Pires Leal (2007 e 2008), Rosilene Mendes dos Santos (2007 e 2008), e Arthur Goderico Forghieri (2007 e 2008), fls. 930/935 do processo principal, argumentam pela regularidade dos valores recebidos, pois respaldados em leis municipais. Aduzem ainda a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prescrição.

Acórdão proferido, em agravo de instrumento, reconheceu que a presente ação não cuida de improbidade administrativa, tratando-se de simples pretensão de ressarcimento ao erário, devendo observar o rito comum, fls. 526/532.

Em réplica, fls. 955/967, sustenta o autor (a) houve o reconhecimento da procedência do pedido pelos réus João Batista Muller e Edson Aparecido Ferraz (b) a Leandro Wexell Severo devem ser aplicados os efeitos da revelia (c) inexistência de prescrição vez que, na hipótese dos autos, o ressarcimento é imprescritível nos termos do art. 37, § 5º da Constituição Federal (d) ausência da inépcia da inicial (e) impertinência de qualquer debate relativo à lei de improbidade administrativa vez que a presente ação não tem por objetivo a imposição de quaisquer sanções fundamentadas em improbidade, e sim apenas o ressarcimento ao erário (f) que os pagamentos são mesmo indevidos (g) que o ressarcimento é devido mesmo que tenha havido boa-fé dos réus e, de qualquer forma, no presente caso não se cogita de boa-fé.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Afasto a preliminar de inépcia, pois os requisitos do art. 282 c/c art. 295, parágrafo único, ambos do CPC, restam plenamente atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo às partes rés, cujo direito de defesa pode e foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade (art. 244 c/c art. 249, § 1º, ambos do CPC).

Acrescente-se que a pretensão é de ressarcimento fundada em ilícito não qualificável como improbidade administrativa, o que foi reconhecido pelo Ministério Público em réplica (fls. 955/967), além de ter fundamentado o afastamento, pelo TJSP, do rito das ações de improbidade (acórdão, fls. 526/532), logo não se pode imaginar qualquer inépcia pela circunstância de dispositivos da lei de improbidade não terem sido citados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não incidem os efeitos da revelia contra Leandro Wexell Severo porque os demais réus contestaram a ação e as teses de defesa lá deduzidas são inteiramente aplicáveis a esse demandado (art. 345, I do CPC).

Quanto a João Batista Muller e Edson Aparecido Ferraz, verificamos que, no processo em apenso, relativo ao ano de 2008, reconheceram a procedência do pedido, ao passo que no processo principal, relativo ao ano de 2007, contestaram a ação, pedindo retratação também no que toca ao processo em apenso.

Esse comportamento contraditório causa perplexidade.

Entretanto, deve se reconhecer que com o apensamento dos processos para julgamento conjunto, vez que tratam exatamente da mesma matéria, distinguindo-se apenas pelo ano que cada qual faz referência (2007 ou 2008), mostra-se inadmissível solução distinta para um e outro processo, sob pena de total falta de uniformidade, coerência e segurança jurídica no tratamento da questão.

E, entre os dois comportamentos adotados - reconhecimento jurídico do pedido, posteriormente retratado, antes da homologação; contestação com o oferecimento de defesa -, tem que ser priorizada a contestação, válida então para os dois feitos. Em primeiro lugar porque ela reflete mais adequadamente a verdadeira vontade dos réus, tanto que se retrataram do reconhecimento do pedido. Em segundo lugar porque a contestação expressa o exercício legítimo do direito de defesa.

Ingresso no mérito, para acolher a preliminar de mérito da prescrição.

O entendimento deste magistrado era pela imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, mesmo que fundada a pretensão em mero ilícito civil, ainda que não se cuidasse de improbidade administrativa.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão com repercussão geral reconhecida, firmou a seguinte tese: "**É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Pública decorrente de ilícito civil"** (RE 669.069, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, j. 03/02/2016).

No presente caso, ainda que movida a ação pelo Ministério Público, é certo que a ação está fundada em ilícito civil, e não em improbidade administrativa. Esse fato, além de deliberado pelo TJSP no acórdão proferido no agravo de instrumento (fls. 526/532), foi reconhecido pelo Ministério Público ao longo do feito (vg na réplica, fls. 955/967). Logo, prescritível a pretensão.

Quanto ao prazo aplicável, não se trata de matéria pacificada, mesmo porque o STJ vinha entendendo imprescritível a pretensão, de modo que inexistiu debate aprofundado sobre o tema. Sustentam os réus que o prazo é quinquenal. O autor não discute o prazo pois simplesmente afirmou, em réplica, a imprescritibilidade.

As possibilidades cogitadas para o presente caso são 03 anos (art. 206, § 1º, IV do Código Civil; art. 206, § 1º, V do Código Civil) ou 05 anos (art. 1º-C da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela MP 2.180-35/2001; aplicação isonômica do art. 1º do Decreto nº 20.910/32; aplicação analógica do prazo previsto para a ação popular, art. 21 da Lei nº 4.717/65), e tanto numa como noutra hipótese operou a prescrição, pois o último recebimento indevido cogitável seria em 31.12.2008, desde quando certamente transcorreram mais que 05 anos até a propositura da primeira das duas ações (que é a em apenso, proposta em 28.10.2014).

**Resolvo, pois, o mérito, pronunciando a prescrição com fulcro no art. 487, II do Código de Processo Civil, relativamente às duas ações.**

P.I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**